

INEFICIÊNCIA DA RECESSÃO E ACORDO COM O FMI

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 07.12.1982

O acordo que o Brasil e o FMI estão prestes a firmar, sob a égide do governo norte-americano e dos grandes bancos daquele país, deverá ter como conseqüência o aprofundamento da recessão em 1983, sem que os problemas financeiros do país sejam efetivamente resolvidos. Como não haverá o re-escalonamento da dívida, mas apenas o fornecimento de alguns fundos de emergência e um “aval” de valor muito relativo, é provável que em meados do próximo ano estaremos novamente às voltas com uma operação de salvação, semelhante à atual, não obstante as medidas indiscriminadamente recessivas que nos serão impostas.

Só não serão adotadas essas medidas especialmente uma violenta redução do déficit público e o agravamento das presentes restrições monetárias se os nossos negociadores e os do FMI afinal se aperceberem que a política econômica ortodoxa recessiva não se aplica ao caso brasileiro.

Muito sumariamente, a política de estabilização ortodoxa, de caráter recessivo, não se aplica ao Brasil pelas seguintes razões:

Primeiro, porque esse tipo de política foi formulado para resolver, primordialmente, problemas conjunturais de desequilíbrio na balança de transações correntes. Ora, além do desequilíbrio conjuntural na balança de transações correntes excluídos os juros, o Brasil enfrenta um gravíssimo problema de endividamento, cuja dimensão não estava prevista.

Segundo, a política ortodoxa impõe que os desequilíbrios existam em um ou outro país isolado, enquanto a crise atual é generalizada. É a fase de desaceleração de um ciclo econômico longo, que atinge todo o sistema capitalista e até o sistema estatal soviético.

Terceiro essa política pressupõe que o desequilíbrio na balança comercial (que no Brasil não existe) e de transações correntes e que a inflação são causadas por um excesso de demanda: por salários crescendo mais do que a produtividade e por despesas do Estado e investimento das empresas crescendo mais do que cresce o produto. Ora, o Brasil vive um processo de desaceleração econômica desde 1974, e um processo de recessão desde 1981. O desequilíbrio externo e a inflação hoje em curso no Brasil definitivamente não são decorrência de excesso de demanda, nem do déficit público ou das emissões de moeda. Estas simplesmente sancionam uma inflação em curso, que decorre do permanente repasse de custos para preços que as empresas praticam e a correção monetária oficializada.

Quarto, em um país como o Brasil, em que o coeficiente de importações (importações em relação à renda nacional, ou, mais especificamente, em relação ao PIB) é tão baixo cerca de 9%, ou 5% excluído petróleo, a estratégia da política econômica ortodoxa de provocar recessão para baixar importações é extremamente ineficiente. Diferentemente dos pequenos países, onde o coeficiente de importações é alto, aqui é preciso uma redução muito grande da renda nacional para uma pequena redução das importações.

Quinto, a recessão é também uma forma extremamente ineficiente de combater a inflação no Brasil, dado o caráter oligopolizado e indexado da economia brasileira. A inflação só cai um pouco na recessão porque a diminuição de margens do setor competitivo acaba pesando mais do que a elevação perversa de margens das empresas do setor oligopolista, as quais, diante da diminuição de suas vendas, tendem a elevar suas margens de lucro de forma combinada.

Sexto, a política econômica recessiva ortodoxa geralmente vem acompanhada de liberalização de preços, desvalorização da moeda e reduções dos salários, a partir do pressuposto de que os preços relativos estão artificialmente distorcidos. Ora, no Brasil estas distorções, embora existentes, são pequenas, e decorrem em grande parte da própria política recessiva já em marcha, como é o caso dos juros reais absolutamente insuportáveis. Talvez haja uma certa valorização do câmbio, mas muito moderada, não justificando alterações drásticas. Há também algumas distorções nos salários, provocadas inclusive por erros técnicos da atual lei salarial, mas seus três princípios básicos

semestralidade, redução do leque salarial, e indexação mais aumento da produtividade estão corretos.

Os pressupostos em que se baseia a política econômica ortodoxa de estabilização não se aplicam, portanto, a presente crise da economia brasileira. Este fato torna a utilização da terapêutica recessiva extraordinariamente custosa para o Brasil. É uma terapêutica que lembra a sangria dos antigos médicos. Não cura os males do paciente; pelo contrário, os agrava na medida em que reduz suas resistências. Poder-se-á alcançar, a curto prazo, uma certa redução na inflação, e alguma queda nas importações. Mas, como os últimos dois anos de recessão já deixaram claro, os ganhos nesta área são mínimos, definitivamente não compensando os prejuízos.

Ora, os prejuízos são a curto, a médio e a longo prazo. A curto prazo temos o desemprego, em um país onde não há auxílio-desemprego e a população cresce a 2,4% ao ano, enquanto nos países centrais onde essa política foi formulada há auxílio-desemprego e a população pouco cresce quando não decresce; temos as falências e concordatas, em um país que mal começou a capitalizar-se.

A médio prazo temos a redução de nossa capacidade de absorver tecnologia industrial, e, em consequência, a perda de competitividade de nossas exportações, com graves prejuízos para o atual desequilíbrio externo que justamente é preciso sanar.

A médio e a longo prazo, temos a instabilidade social e a decadência econômica. Temos a desindustrialização do Brasil sua argentinização.

Os negociadores brasileiros e do FMI, mas também os empresários, os economistas e a opinião pública brasileira, deverão considerar esses fatos antes de tomar medidas irrealistas.

Mas, se tudo for verdade, nem por isso deixa também de ser verdade que a economia brasileira encontra-se em um estado de insolvência. O que fazer então?

Não cabe aqui formular uma receita alternativa para a saída da crise. Mas é preciso definir alguns de seus pontos básicos.

Primeiro, é preciso considerar que um saldo de 6,9 bilhões de dólares na balança comercial, como está sendo previsto, é um contratempo. Em consequência, é preciso que o Brasil e o FMI (por que não?) usem de seu poder de barganha para conseguir mais fundos para o próximo ano, inclusive com a participação efetiva dos bancos centrais dos países credores. Na verdade, a única renegociação que faz sentido hoje para o Brasil deve comportar re-escalonamento da dívida. Caso contrário, nos próximos meses estaremos às voltas com as mesmas dificuldades.

Por outro lado, é preciso tomar uma série de medidas que, sem violentar o mercado, corrijam suas distorções e garantam a retomada do crescimento. Entre essas medidas é necessário: (!) aprofundar os controles seletivos de importação; (2) restabelecer os controles de preços sobre os setores oligopolistas; (3) desvincular ligeiramente a taxa de correção monetária da taxa de desvalorização cambial e acelerar esta última; (4) elevar as receitas do Estado onerando especialmente os rentistas e os altos lucros oligopolistas; (5) impor à correção monetária dos empresários (ORTNs) um diferencial em relação à taxa de inflação semelhante ao que foi feito com os alugueis; (6) desvincular os juros internos aos juros externos através de alguma forma de estímulo à tomada de empréstimos externos (esse estímulo deverá ser financiado pelos recursos tributários adicionais); (7) reduzir lenta mas seguramente o déficit público, através principalmente da progressiva eliminação dos subsídios à agricultura; (8) eliminar os erros técnicos da atual lei salarial, principalmente aqueles que levam a um salário médio crescente quando a inflação é decrescente e vice-versa; (9) elevar as despesas do estado nos setores de serviços públicos e de construção absorvedores de mão-de-obra e de baixo coeficiente de importações ou então poupadores de dívidas e/ou energia; (10) afrouxar os limites quantitativos de crédito, de forma a reduzir a taxa de juros e estimular a demanda sem, todavia, abandonar um firme controle de quantidade de moeda; (11) definir imediatamente de uma política industrial e de exportações que privilegie o desenvolvimento dos setores tecnologicamente de ponta e ao mesmo tempo trabalhos-intensivos de forma a aumentar a competitividade desses setores no mercado interno.

Estas são algumas medidas de uma política econômica alternativa, de caráter administrativo. É essencial que se tenha em mente a existência dessa alternativa quando

se verifica que os pressupostos de uma política econômica ortodoxa, recessiva, não se aplicam ao Brasil, e que sua terapêutica é ineficiente no nosso caso. Não há qualquer dúvida que será preciso, nos próximos anos, apertar os cintos no Brasil. Que uma política de austeridade é inevitável. As restrições administrativas às importações, por exemplo, poderão causar uma recessão de oferta, devido à falta de certos insumos ou equipamentos. É um risco que é razoável correr.

Se precisarmos de austeridade, entretanto, vamos adotar uma austeridade inteligente baseada em uma política econômica administrativa que, sem violentar o mercado, o controle; que aumentando os investimentos, aumente a poupança ao invés de tentar aumentar a poupança via aumento de juros; que penalize os rentistas, os lucros monopolistas e os altos ordenados, ao invés de se concentrar na redução dos salários; que não considere a inflação e sim a dívida externa o principal problema do Brasil; e que arrisque a cometer erros no plano das decisões econômicas administrativas essas que podem ser sempre e permanentemente corrigidas ao invés de nos deixar com a certeza de que não resolveremos, mas só agravaremos nossos problemas se for adotada uma política econômica de estabilização ortodoxa, recessiva uma política na qual já embarcamos há dois anos e agora, com o FMI, tendemos tragicamente a aprofundar. (07/12)